

OPINIÃO SOCIALISTA



Nº673

16 a 30 de
maio de 2024

Ano 27

R\$2

(11) 9.4101-1917



opiniaosocialista



www.opiniaosocialista.com.br



@opsocialista



Portal do PSTU



@opiniaosocialista



RS: SOLIDARIEDADE DE CLASSE

A RECONSTRUÇÃO
PRECISA DEFENDER
OS TRABALHADORES,
O POVO E A NATUREZA
E NÃO BILIONÁRIOS
CAPITALISTAS

Páginas 5 a 14



CHARGE



FALOU BESTEIRA

“Quando você tem um volume tão grande de doações físicas chegando ao estado, há um receio sobre o impacto que isso terá no comércio local”



Eduardo Leite (PSDB), governador do Rio Grande do Sul, em entrevista, no dia 14 de maio, dizendo que doações podem atrapalhar o comércio local. Para ele: “O reerguimento desse comércio fica dificultado na medida em que você tem uma série de itens que estão vindo de outros lugares do país”

REAÇÃO

Racista apanha em estação de trem de São Paulo

Na quarta, dia 15, viralizou nas redes sociais um vídeo do momento em que Matheus Cerqueira Santana, de 20 anos, é cercado por usuários da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM), na Estação São Caetano, na Grande São Paulo, após cometer uma agressão racista a um homem negro. A vítima é Gabriel Campolina Santos, de 23 anos. Conhecido como “Mus-su”, ele é atleta da seleção brasileira de taekwondo. No episódio, o lutador contou que estava com uma amiga quando levou uma voadora de Santana. “Não se faça de vítima (...) você é preto e estava abraçado com uma pessoa branca”, disse o agressor. O atleta reagiu e o agressor tentou fugir, ao perceber que o oponente sabia lutar. Na reação,



ele acertou uma joelhada no agressor e usuários dos trens, que presenciaram as ofensas racistas, cercaram o homem e impediram que ele fugisse até

a chegada das autoridades. O racista foi preso em flagrante após ser contido pelos presentes e deve responder por injúria racial e lesão corporal.

SEM LIMITE PARA O RIDÍCULO

Véio da Havan não para com fakes news

Não bastasse o drama interminável enfrentado pela população gaúcha, desde o início da catástrofe, os bolsonaristas vêm espalhando uma enxurrada de fake news nas redes sociais. No início da semana, uma imagem patética surgiu no espaço virtual. Trata-se de uma “foto”, bem mal feita e tosca, criada em Inteligência Artificial (IA), mostrando um gigantesco helicóptero com a bandeira nacional e o nome das Lojas Havan, de propriedade do bilionário catarinense Luciano Hang, o “Véio da Havan”, notório bolsonarista. A imagem apresenta pessoas



penduradas em cordas e sendo içadas pela aeronave. Ela virou piada no ciberespaço e passou a ser ridicularizada por internautas que se depararam com a bizarra postagem. O “Por-

tal Sensacionalista” publicou: “Bolsonaro jogou 17 milhões no Rio Grande do Sul de cima do helicóptero da Havan”. Já outros contra-atacaram com essa imagem ao lado.

76 anos da Nakba

Promoção de livros:



De R\$ 145,00
Por R\$ 100,00



Expediente

Opinião Socialista é uma publicação quinzenal da Editora Sundermann.

CNPJ 06.021.557/0001-95 / Atividade Principal 47.61-0-01.

JORNALISTA RESPONSÁVEL Mariúcha Fontana (MTb14555)

REDAÇÃO Diego Cruz, Jeferson Choma, Luciana Candido

DIAGRAMAÇÃO Luciano Lasp

IMPRESSÃO Gráfica MarMar

CONTATO

FALE CONOSCO VIA

WhatsApp

Fale direto com a gente e mande suas denúncias e sugestões de pauta

(11) 9.4101-1917

opiniao@pstu.org.br

Av. Nove de Julho, 925. Bela Vista - São Paulo (SP). CEP 01313-000



Catástrofe no Sul expõe a ganância criminosa dos capitalistas e seus governos

A tragédia no Rio Grande do Sul escancara a barbárie para onde o capitalismo está nos levando. Começa com o problema ambiental, dado que o aquecimento global vem agravando a quantidade e a intensidade dos eventos climáticos extremos.

O capitalismo é o que impede a mudança da matriz energética para uma fonte limpa, pois isso tem altos custos e geraria uma diminuição nos lucros dos grandes grupos bilionários.

O papel cumprido pelos governos também é outra demonstração da perversidade do sistema. Prefeitura, governo do estado e Governo Federal são os responsáveis pelas privatizações, pela destruição dos serviços públicos e pela falta de políticas de prevenção a desastres.

Há pouco investimento no monitoramento e prevenção de desastres ambientais. Vimos bombas de drenagem sem funcionar, barreiras quebradas e falta de manutenção. Além disso, há a privatização da infraestrutura de energia elétrica, água e saneamento, o que só piora os serviços e aumenta os preços.

Agora, depois da tragédia, o prefeito Sebastião Melo (MDB) e o governo Eduardo Leite (PSDB) não vêm fazendo coisa alguma para garantir a reconstrução. É perceptível o papel que cumprem a serviço das grandes empresas. Defendem, abertamente, mais privatizações e maiores benefícios para os capitalistas.

AS MEDIDAS DE LULA SÃO INSUFICIENTES!

É preciso romper com o Arcabouço Fiscal e enfrentar os interesses capitalistas para garantir a reconstrução do Rio Grande do Sul de maneira que a catástrofe não se repita. A prova disso é que mesmo as medidas anunciadas pelo governo federal são insuficientes e vão beneficiar muito mais os capitalistas.



Por exemplo, enquanto vai liberar R\$ 5 mil reais para 200 mil famílias, o que totaliza R\$ 1 bilhão, o governo irá liberar R\$ 4,5 bilhões para os grandes empresários bilionários.

Já o programa “Minha Casa, Minha Vida”, pelo que foi noticiado até agora pela imprensa, vai atingir uma proporção pequena dos atingidos, mas deixará de fora trabalhadores e pequenos empresários que levaram uma vida inteira para ter uma casa e um carro e, agora, perderam tudo por culpa dos governos.

O projeto apresentado pelo governo, na verdade, ajudará um pouco os trabalhadores e trabalhadoras; mas terminará por beneficiar, principalmente e muito mais, as construtoras, as empreiteiras e os fundos imobiliários bilionários.

É PRECISO UM PLANO DE RECONSTRUÇÃO PARA OS TRABALHADORES E NÃO PARA OS CAPITALISTAS

Lula não apresentou um plano de investimentos em uma empresa de obras públicas, feita em base a um plano de reconstrução, gerando empregos e alicerçado na expropriação dos bens dos grandes grupos capitalistas, colocando todos os recursos a serviço dos trabalhadores e da soberania do país.

Na verdade, o que estamos vendo é um plano baseado em grandes empresas privadas capitalistas e respeitando o Arcabouço Fiscal. Por isso, está indo pouco dinheiro para os trabalhadores e muito para as empresas. É um plano de reconstrução mínimo, a serviço do mercado imobiliário, das grandes construtoras e do mercado financeiro.

Além dos imóveis públicos, o governo deveria expropriar, sem indenização, os imóveis que servem à especulação imobiliária, aqueles vinculados aos fundos bilionários. Também seria necessário distribuir casas e pagar pela reconstrução das que foram destruídas, oferecendo-as gratuitamente e para todos os atingidos da classe trabalhadora.

Também seria possível pagar um auxílio muito maior, com um valor que, de fato, repare os danos causados. Mas, para isso, seria preciso enfrentar os interesses dos capitalistas, que sufocam o orçamento, exigindo respeito ao Arcabouço Fiscal.

Mesmo diante de uma tragédia sem paralelos na História do Brasil, as discussões em Brasília são sobre o que é possível fazer para ajudar o Rio Grande do Sul sem descumprir as metas fiscais que só servem para direcionar metade de todo o orçamento do governo para remunerar o mercado fi-

nanceiro, via o sistema da dívida pública. Isto infelizmente não irá ajudar a reconstrução e só servirá para agradar as grandes empresas.

O PSOL de Porto Alegre, dirigido pela esquerda nacional do partido, o Movimento Esquerda Socialista (MES), defende, corretamente, o cancelamento da dívida do estado, mas faz uma frente eleitoral com o PT do Rio Grande do Sul, nos marcos do apoio ao governo Lula-Alckmin, quando sabe que este, se eleito, governará nos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal, como faz nacionalmente.

LULA GOVERNA COM O CENTRÃO E OS BILIONÁRIOS

Agora, Lula demitiu Jean Paul Prates, o presidente da Petrobras, e a pessoa que vem sendo apontada como sua substituta, Magda Chambriard, é uma reconhecida privatista, que já conduziu vários leilões do Pré-Sal, quando esteve à frente da Agência Nacional do Petróleo (ANP), e faz constantes elogios à presença de petrolíferas estrangeiras no Brasil.

O problema, assim, não é meramente uma questão de “correlação de forças” nesse Congresso Nacional de ricos e de negacionistas climáticos, como fala o PT. Lula, inclusive, acabou de elogiar e agradecer Arthur Lira por tudo que ele tem feito durante seu governo.

“Eu agradeço ao Lira, ao Pacheco, aos deputados. Até àqueles contrários, eu agradeço. Porque, até hoje, nós não tivemos um projeto de interesse do governo que fosse derrotado na Câmara”, discursou Lula, no “1º de maio”.

Quando, na verdade, seria necessário impedir que fossem aprovados mais de 26 projetos de flexibilização ambiental que estão tramitando no Congresso. Sua política, então, não é enfrentar o Centrão, a direita ou ultradireita. Mas, sim, governar com eles.

MOBILIZAÇÃO, INDEPENDÊNCIA DE CLASSE E AUTO-ORGANIZAÇÃO

Solidariedade de classe. Trabalhador ajudando trabalhador. É isto o que está acontecendo no Rio Grande do Sul. Os comitês dos atingidos pelas enchentes, a auto-organização dos trabalhadores e do povo para garantir seus interesses na reconstrução do estado é o caminho para lutar por uma reconstrução que garanta que a catástrofe não se repita.

Uma reconstrução que signifique melhorias na vida do povo, e não lucro no bolso dos mega empresários que devastaram e devastam o meio ambiente e rapinam o país.

Isto deve ser parte de uma luta que precisa ser travada no país inteiro, para que o governo pare de garantir os recursos para os bilionários capitalistas, através da dívida pública e das isenções fiscais, e garanta recursos para a reconstrução do Rio Grande do Sul, aumentando, também, as verbas para a prevenção de desastres ambientais em todo o país.

Se faltam recursos, é preciso tirar o poder e o dinheiro dos bilionários capitalistas para garantir isso, começando pela reestatização de toda a infraestrutura do país, incluindo as redes de água, esgotos e energia elétrica.

Também é preciso construir uma política de transição energética, estatal e pública. E, além disso, é fundamental estatizar as grandes empresas do agronegócio, que usurpam os pequenos produtores, exploram os trabalhadores e destroem o meio ambiente.

EDUCAÇÃO

Greve da Educação Federal segue firme, enfrentando o governo e exigindo atendimento de suas reivindicações

Passados mais de dois meses de seu início, a greve da Educação Federal permanece forte e ainda está em ampliação dentre os docentes das universidades federais.

PAULO BARELA,
DA CSP-CONLUTAS

A greve se desenvolve em todos os estados da federação. Dentre os técnicos administrativos, que iniciaram a mobilização em 11 de março, há 66 universidades em greve. Na base dos institutos federais de ensino, há 550 campi, de 79 seções sindicais, envolvidos no movimento. Dentre os docentes, já são 50 seções sindicais de várias universidades, quatro delas pertencentes à base do Proifes-Federação, uma entidade dirigida pelo petismo, que se rebelou e aderiu à greve contra a posição defendida por suas direções.

Ainda que se possa registrar algum cansaço em setores das bases, especialmente dentre os técnicos administrativos, que já completaram 65 dias de paralisação, o movimento tem potencial para seguir em frente na queda de braço com o governo Lula.

INTRANSIGÊNCIA DO GOVERNO...

Contudo, o governo segue intransigente e se recusa a conceder qualquer reajuste para esse ano. A demanda apresentada pelas entidades em greve (Andes-SN, Fasubra e Sinasefe, que representam, respectivamente, docentes, técnicos-administrativos e servidores das instituições técnicas e tecnológicas) é de uma recomposição imediata de 22,71%.

Todavia, a última proposta apresentada nas mesas de negociação foi de 9% (para 2025), 3,5% (2026) e ZERO, em 2024. Também não foi dada resposta alguma ou apresentada qualquer sinalização em relação à reestruturação de carreiras e à proposta de “step” (progressão horizontal entre níveis) de 5% para docentes e funcionários.

Tentando romper a barreira das negociações, o Andes/SN aprovou apresentar uma nova proposta nos seguintes termos: 7,06%, já em 2024; 9%, em janeiro de 2025; e 5,16%, em maio

de 2026. Já o Proifes apresentou uma proposta de reposição de 3,5%, para 2024, aceitando os demais índices apresentados pelo governo.

Embora seja correto dimensionar as reivindicações de acordo com a evolução do processo de mobilização, o fato é que, no geral, são propostas insuficientes e, ao mesmo tempo, ao serem apresentadas separadamente, não ajudam na pressão contra o governo. Especialmente a proposta do Proifes, que rebaixa (em muito) a reivindicação inicial.

...E CAPITULAÇÃO DAS DIREÇÕES

Não podemos, contudo, deixar de denunciar o papel nefasto das burocracias – a maioria das direções vinculadas à CUT e à CTB, mas também parte das correntes do PSOL – na divisão da categoria, fazendo coro com a política do governo.

Essas direções levaram o centro da mobilização para as mesas setoriais, propagando que



Assembleia de greve realizada na Universidade Federal de Santa Catarina

essas garantiriam mais pressão e o atendimento das reivindicações em torno da reestruturação das carreiras. Acabaram por fazer o jogo do governo, dividindo o movimento nas federais e não permitindo a construção de um movimento mais amplo e geral, que envolvesse a maioria dos setores do funcionalismo.

Pode ser até que não se deflagra-se um movimento mais generalizado; mas, ao subtrair da luta

a prioridade das reivindicações gerais dos servidores e servidoras, substituindo-as por negociações setorializadas, facilitaram a vida do governo e enterraram de vez a possibilidade de uma greve geral nas instituições federais.

O engodo que aceitaram de “seu governo”, que não avançou um milímetro nas questões de carreiras, agora está cobrando o preço: a indignação da base com sua subserviência e capachismo.

DERROTAR A INTRANSIGÊNCIA

Aumentar a pressão diante do desgaste do governo

Mesmo diante da capitulação das direções e apesar de toda sua intransigência nas mesas de negociação, a situação do governo não é confortável. Lula amarga uma crescente queda de popularidade, que se agrava na medida em que fica evidente a responsabilidades dos governos federal, estadual e municipais na catástrofe climática que se abateu sobre o Rio Grande do Sul.

O descaso com a prevenção de catástrofes, o favorecimento de políticas de investimentos no agronegócio e os ataques às políticas de proteção ao meio-ambiente levaram o caos. De acordo com resultados da Pes-

quisa Genial/Quaest, 68% apontam o governo estadual; 64%, os governos municipais; e 60%, o governo federal, como responsáveis pela crise climática.

Nesse contexto, a greve também ajuda pressionar contra a austeridade fiscal e a desgastar a imagem do governo, que está preocupado com as consequências para suas pretensões em um ano eleitoral. É preciso seguir fortalecendo o movimento grevista, preparando ações conjuntas dos setores em greve na busca de dobrar a intransigência do governo.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3V3FBBG](https://bit.ly/3V3FBBG)

FORTALECER A GREVE



Um momento importante para uma ação conjunta na greve será a marcha do dia 22 de maio, em Brasília. Apesar de ser um movimento convocado pela burocracia da CUT,

Ampliar as ações de luta e a solidariedade à greve

com claro intuito de apoiar o governo Lula, a greve do setor da Educação Federal e o início de um processo de mobilização na Educação Básica, pela implantação do piso da categoria e contra o Novo Ensino Médio (NEM), podem transformar essa atividade em um forte protesto contra o governo e sua política de Arcabouço Fiscal e déficit zero.

Some-se a isso as greves e mobilizações dos estudantes, como nas universidades de Goiás e na Federal Fluminense. Nesse sentido, embora não

participando de sua convocação, a CSP-Conlutas está orientando sua base, nesses setores, a participarem das caravanas e a construir uma coluna independente e classista no interior da marcha em Brasília.

Seguir fortalecendo a greve na Educação Federal, unificar as ações e combinar com outros setores em luta são passos fundamentais nesse momento. Significam dar todo o apoio solidário e exigir do governo o atendimento das reivindicações dos servidores e o reajuste dos salários ainda em 2024.

POR TRÁS DA TRAGÉDIA

Responsabilidade do capitalismo e dos que governam para os ricos

DA REDAÇÃO

O Rio Grande do Sul passa por sua maior tragédia. Cidades do interior do estado simplesmente viraram entulho e muitas estão isoladas. Quase 500 municípios foram afetados e, com a cheia do Guaíba, parte de Porto Alegre ficou debaixo d'água.

Projeções apontam que a inundação na capital pode durar até quase o final de maio. Falta água potável e energia elétrica na maioria dos bairros e a ameaça de desabastecimento paira sobre a população. Mortes, desaparecidos, saques, desespero, dor, sofrimento e revolta compõem o cenário de guerra.

Mas também se multiplicam as cenas de solidariedade. Vizinhos, trabalhadores, colegas de trabalho, amigos, associações, sindicatos, movimentos sociais e populares tentam se apoiar de todas as formas possíveis, resgatando vítimas, animais e pets, organizando abrigos e doações.

HÁ CULPADOS, SIM! E NÃO É SÓ A NATUREZA!

Pela amplitude da destruição, as enchentes no Rio Grande do Sul já são a maior tragédia climática do país (veja ao lado). Para piorar, uma frente

fria anuncia o início do inverno e está derrubando as temperaturas no estado.

Também há previsão de que surtos de doenças atinjam a população, como diarreias, infecções de pele, leptospirose, tétano e hepatite, devido a contaminação da água. Além disso, os problemas relativos à saúde mental que já estão sendo registrados, como depressão e ansiedade, tendem a se agravar.

Em meio às cenas de guerra e catástrofe, os governantes apelaram e disseram “que não é hora de apontar para os culpados”. Na verdade, querem esconder a total omissão que permitiu que essa tragédia se abatesse com toda a fúria sobre o povo gaúcho.



Uma omissão criminosa e cruel, que mostra o quanto os governos estão se lixando para as consequências das mudanças climáticas sobre o povo pobre, ao mesmo tempo em que promovem

a destruição da natureza, negligenciam a manutenção da infraestrutura das cidades, cortam verbas para obras e serviços públicos e, ainda, repassam dinheiro para os grandes empresários.

NÃO FALTARAM ALERTAS

Uma tragédia anunciada e que foi ignorada por todos os governos



A tragédia foi mais do que anunciada. Foi proclamada por alertas e boletins climáticos emitidos por vários institutos meteorológicos, inclusive advertindo sobre os riscos de que o estado iria enfrentar novamente severas chuvas, como em setembro do ano passado.

Todos alertavam sobre os riscos de grandes enchentes e catástrofes provocados pelo El Niño, um fenômeno climático produzido pelo aquecimento das águas equatoriais do Oceano Pacífico. Foi por

isso que fortes tempestades castigaram o estado em 2023.

Ainda em janeiro, o Rio Grande do Sul foi atingido por fortes chuvas, incluindo Porto Alegre, com ventos de até 107 km/h. Em setembro do ano passado, fortes chuvas castigaram o estado e vitimaram mais de 50 pessoas. Dessa vez, choveu muito mais, o equivalente a três meses do que normalmente chove no estado. A média para essa época do ano é de 180 mililitros; mas, em alguns municípios, choveu 600 ou até 700 mililitros, algo equivalente a 700 litros em um metro quadrado.

A catástrofe mostrou toda a vulnerabilidade do Rio Grande do Sul, uma região de transição de massas de ar quente e frio. As condições hidrográficas e o relevo também não favorecem o escoamento dos grandes volumes de chuva, sobrecarregando a bacia do Rio Taquari e levando à inundação do Guaíba.

ENGAVETANDO PREVISÕES INCONVENIENTES PARA OS “NEGÓCIOS”

Mas, os governos sabiam dos riscos. Há pelo menos 10 anos, em 2014, um relatório intitulado “Brasil 2040: cenários e alternativas de adaptação à mudança do clima”, encomendado pela gestão de Dilma Rousseff (PT), já apontava chuvas acentuadas no Sul do Brasil, em decorrência das mudanças climáticas, e indicava as providências a serem tomadas. Porém, por trazer previsões inconvenientes, o estudo foi negligenciado.

Além do aumento das chuvas no Sul, o relatório ainda previa a elevação do nível do mar, mortes por ondas de calor, colapso de hidrelétricas, falta d'água no Sudeste e uma piora das secas no Nordeste e na Amazônia. Vale a pena ler o documento para se ter um vislumbre das consequências do aquecimento global no país nas próximas duas décadas. Na época, o relatório custou R\$ 3,5 milhões; mas foi engavetado pelo próprio governo Dilma.

O governador Eduardo Leite (PSDB) fez a mesma coisa. Em outubro, anunciou a criação do “Programa de Estratégias para as Ações Climáticas”, o ProClima/2050, para servir como um roteiro para ações e medidas de adaptação às mudanças do clima. Mas também não fez nada.

Pior! Ignorou todos os alertas dos cientistas, ao mesmo tempo

em que flexibilizou a legislação ambiental em prol das atividades econômicas do agronegócio. As mudanças da legislação foram qualificadas por organizações ambientalistas gaúchas como o “maior retrocesso ambiental promovido por um governo”.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3WOXECA](https://bit.ly/3WOXECA)

RAIO X DA CATÁSTROFE



2,1 milhões de pessoas afetadas, em 450 municípios.

80,8 mil pessoas alojadas em abrigos.

149 óbitos confirmados.

124 pessoas desaparecidas.

76.470 pessoas resgatadas.

Mais de mil escolas, dezenas de hospitais, postos de saúde, estradas e pontes destruídos.

Estima-se em R\$ 100 bilhões o valor necessário para a reconstrução. Mas a estimativa deve aumentar.

CLIMA E NEOLIBERALISMO

As duas catástrofes que destruíram o Rio Grande do Sul

O Rio Grande do Sul foi vítima de duas catástrofes. Por um lado, as fortes inundações estão ligadas às mudanças climáticas provocadas pelo aquecimento global, impulsionado pela indústria capitalista, e que resultam em fenômenos climáticos extremos cada vez mais frequente e intensos. Por outro, o desastre “natural” ganhou maior volume e extensão em função da política neoliberal dos governos estaduais, municipais e, também, do governo federal, que fragilizaram o setor público e desmantelaram a legislação ambiental em favor do agronegócio.

AQUECIMENTO GLOBAL

O clima da Terra próximo ao colapso

A situação climática da Terra é alarmante. O ano de 2023 foi o mais quente já registrado na História. As temperaturas dos oceanos também foram as maiores (ver gráfico). São eles os grandes reguladores climáticos da Terra.

Tudo isso fez com que o El Niño de 2023-24 fosse um dos mais intensos já registrados desde o início dos levantamentos modernos, segundo a Organização Meteorológica Mundial (OMM). Como se não bastasse, também de acordo com registros, a concentração atual de dióxido de carbono (CO₂) na atmosfera é a maior dos últimos 800 mil anos, somando 424 partes por milhão (ppm). Para efeito de comparação, em 1850, o nível de CO₂ era de 280 ppm.

IGNORANDO A CIÊNCIA, DIAS PIORES VIRÃO!

Quase 80% dos cientistas do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) preveem pelo menos 2,5°C de aquecimento global, enquanto quase metade prevê pelo menos 3°C. Isso significa um futuro marcado por conflitos e migrações em massa, impulsionados por ondas de calor, incêndios florestais, inundações e tempestades.

Tudo isto com intensidade e frequência muito superiores às que já ocorreram. Ou seja, estamos caminhando rapidamente para uma situação climática incontrolável que ameaça a civilização, mais especialmente os mais pobres e vulneráveis.



A catástrofe no Rio Grande de Sul, infelizmente, não é um caso isolado. A elas se somam outras que ocorreram ao longo de 2023-2024, como as ondas de calor e incêndios florestais nos Estados Unidos, Canadá e no Chile; as enchentes torrenciais na cidade costeira de Derna, na Líbia, que matou mais de 10 mil pessoas; ou as inundações do Quênia, no final de abril, que mataram quase 200 pessoas.

AQUECIMENTO FOI PRODUZIDO PELO CAPITALISMO

Uma pesquisa realizada pela Genial/Quaest, divulgada no último dia 9, aponta que 64% da população entende que

as mudanças climáticas causaram as enchentes no Rio Grande do Sul. Outros 30%, veem as mudanças climáticas como apenas uma das causas; e 1%, não identifica relação alguma.

Essa percepção da população é muito positiva. Mas, os trabalhadores precisam saber que a catástrofe climática não é uma vingança cega da natureza. É resultado da indústria capitalista e do consumo colossal de combustíveis fósseis, o sangue que corre nas artérias da acumulação do capital. Os principais responsáveis são os países imperialistas e suas burguesias, cujas indústrias são responsáveis por mais de 70% das emissões globais de carbono.

A RESPONSABILIDADE DO AGRONEGÓCIO

No Brasil, entretanto, o modelo de agricultura capitalista, o chamado agronegócio, é o principal responsável pelas emissões. Sozinho, o setor

emitiu 75% dos gases de efeito estufa no país, de acordo com o Sistema de Estimativas de Emissões e Remoções de Gases de Efeito Estufa (SEEG).

Essa é uma expressão evidente da reprimarização econômica do país (retorno ao papel de exportador de matérias-primas e recursos naturais), com o crescimento do setor agromineral extrativista, sempre bancado por gordos incentivos estatais. Aliás, é esse setor que banca o negacionismo climático no Brasil, difundido pela ultradireita bolsonarista.

O agro também é a “vanguarda do atraso” no que se refere à ofensiva para destruir a legislação ambiental do país. A Bancada Ruralista é a responsável pelos 25 projetos de lei e as três propostas de emendas à Constituição que tramitam no Congresso brasileiro, conhecido como “Pacote da Destruição”.

É preciso derrubar essas leis, organizar grandes mobilizações e enterrar a pauta do agro, antes que eles enterrem o país.

UM ANO DE TEMPERATURAS RECORDES NO OCEANO





CATÁSTROFE SOCIAL

Austeridade fiscal, privatizações e ataques ao meio ambiente

Mas, por outro lado, temos uma catástrofe social produzida por décadas de neoliberalismo, austeridade fiscal e privatizações, que se combina mortalmente com a catástrofe climática.

Esse coquetel mortífero foi chamado de “Capitalismo do Desastre” pela jornalista canadense Naomi Klein, depois que o Furacão Katrina devastou a cidade de Nova Orleans (Luisiana, no Sul dos EUA), em 2005. No Brasil, essa tem sido a receita de todos os governos. E há décadas.

O governo Eduardo Leite sabotou todo o sistema de prevenção e combate a desastres naturais, setor para o qual destinou minguados orçamentos. Para enfrentar os eventos climáticos, o governo destinou menos de 0,2% do orçamento total aprovado para 2024. Para a Defesa Civil, foram acrescentados míseros R\$ 50 mil.

Como consequência disto, todo aparato de prevenção e combate a desastres naturais estava desmontado justamente durante todo o período do El Niño, que sempre provoca grandes chuvas na região enquanto está ativo.

GOVERNADOR AFROUXOU LEIS AMBIENTAIS PARA FAVORECER O AGRONEGÓCIO

Leite promoveu uma ofensiva contra as leis ambientais do estado. Em 2020, no seu primeiro mandato, ele aprovou, na Assembleia Legislativa, a Lei 15.434, que suprimiu e flexibilizou mais de 500 artigos e incisos do Código Estadual de Meio Ambiente, afrouxando regras de proteção ambiental dos biomas Pampa e Mata Atlântica.

No ano seguinte, o governo permitiu o autolicensingamento

de grandes empreendimentos, por meio da emissão de Licença Ambiental por Compromisso (LAC). A medida permitiu que 49 atividades econômicas (31 delas com alto e médio potenciais poluidores) fossem autorizadas imediatamente, independente do seu porte. Dentre as atividades que conseguiram o autolicensingamento, destacam-se as usinas de concreto e de asfalto, a criação de bovinos semiconfinados e a silvicultura (“reflorestamento”, com pinus e eucalipto).

O autolicensingamento é o sonho do agronegócio brasileiro, tornado realidade por Leite em seu estado. Funciona assim: se um capitalista quer produzir eucaliptos, ele não precisa fazer a solicitação ou se submeter à avaliação dos órgãos estatais de meio ambiente. Basta pagar uma empresa privada de con-

sultoria ambiental, que “atesta” que seu negócio é sustentável.

O governo também ampliou o Zoneamento para a Atividade da Silvicultura no estado. E, mais recentemente, flexibilizou ainda mais a legislação ambiental, para permitir a construção de barragens e açudes em Áreas de Preservação Permanente (APP), e, dessa forma, permitir o armazenamento de água para agricultura e pecuária.

PRIVATIZAÇÕES COMPLETARAM O DESASTRE

Todo o quadro piorou com as privatizações das empresas estatais. Mesmo antes da catástrofe, a piora dos serviços já era visível. Com a enchente, ficou comprovado que as privatizações aprofundaram o colapso. A empresa privada CEEE Equatorial, por exemplo, chegou a

desligar a energia elétrica em uma casa de bombas, sem avisar a população nem o prefeito, o que obrigou a evacuação de moradores de dois bairros porque a água estava subindo.

Reestatizar as empresas privatizadas do estado será absolutamente necessário para qualquer plano de reconstrução e de adaptação às mudanças climáticas. Do contrário, a população seguirá nas mãos de capitalistas inescrupulosos, que colocam o lucro acima das vidas.

Nenhuma reconstrução do estado é possível sem a revogação de todas essas leis que atacam o meio ambiente, além da reestatização imediata, sob o controle dos trabalhadores, das empresas privatizadas.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3V2MZGW](https://bit.ly/3v2mzgW)

ZERO INVESTIMENTO

Prefeito de Porto Alegre sabotou sistema de contenção de enchentes

Essa mesma cartilha de promoção da catástrofe social foi adotada pelo prefeito de Porto Alegre, o bolsonarista Sebastião Melo (MDB), e explica a falha do sistema de contenção de enchentes do Guaíba, formado por 18 casas de bombas, diques e o Muro Mauá. O sistema colapsou e apenas quatro casas de bombas estavam operando na cidade, no dia 7 de maio. Os diques de contenção também falharam e muitos cederam à força das águas.

A verdade é que o sistema estava totalmente sem manutenção, mesmo a prefeitura sabendo dos riscos de novas e torrenciais chuvas. Em 2023, a prefeitura não investiu um real sequer em prevenção a enchentes. Isto mesmo: investiu R\$ 0.

E quando o sistema colapsou e a cidade alagou, a prefeitura não tinha um “plano B”. Em caso de inundação, não havia um plano de contingência e de retirada de moradores.

ABSURDO!

Prefeitura quer pagar R\$ 1,7 milhão ao “Véio da Havan”

Mas, se a prefeitura destinou zero real para as enchentes, ela protagonizou um dos mais absurdos episódios de toda essa tragédia, ao tentar pagar R\$ 1,7 milhão, como “compensação ambiental”, a uma loja da rede Havan, com recursos do Departamento Municipal de Águas e Esgotos (Dmae). O plano da prefeitura era pagar, com dinheiro público, uma “compensação ambiental” a uma empresa privada que havia provocado, ela própria, o dano, ao instalar a empresa. De acordo com a legislação, é a empresa que deve pagar pela compensação ambiental decorrente de obras e nunca o contrário. O Tribunal de Contas do Estado (TCE) proibiu que o prefeito pagasse Luciano Hang, o milionário e bolsonarista “Véio da Havan”, mas a administração havia dito que recorreria.

AUSTERIDADE FISCAL E DINHEIRO PARA O AGRO

Governo Lula também tem sua responsabilidade

O governo Lula também tem sua responsabilidade na tragédia, ao aplicar a austeridade fiscal e promover as privatizações. O orçamento federal de 2023 para a Gestão de Riscos

e Desastres foi o menor em 14 anos: o governo destinou R\$ 1,05 bilhão para lidar com as consequências de desastres e somente R\$ 36 milhões para tentar evitar os problemas.

O restante do dinheiro foi

para os banqueiros, através do Arcabouço Fiscal. Vale lembrar que, só no ano passado, Lula destinou 43% de todo o orçamento federal para o pagamento da ilegítima dívida pública.

Além disso, o governo financia a expansão do agro e seu rastro de destruição. Por exemplo, os R\$ 364 bilhões, através do “Plano Safra”, em 2023 – o maior orçamento da História – vai servir, dentre outras coisas, para financiar as ações do agronegócio que promovem a destruição dos biomas, particularmente da Amazônia e do Cerrado.

Ao mesmo tempo, toda essa destruição acaba alterando o regime de chuvas no Brasil, causando secas no Sudeste e no



Centro-Oeste e, consequentemente, quebras de safras, como ocorreu no ano passado, e excesso de chuvas, na região Sul.

Ou seja, o modelo de agricultura capitalista é tão irracional que ameaça as regiões de maior produção do próprio setor.



ANTIAMBIENTALISMO

Ultradireita: uma enxurrada de fake news e negacionismo

A ultradireita se utiliza da legítima indignação contra os governos para disseminar uma enxurrada de fake news.

Uma delas, divulgada em vídeos, afirmava que caminhões com mantimentos só poderiam entrar no estado com notas fiscais. Outra, dizia que “autoridades” exigem documentação para pilotar botes de resgate. Por isto, também viralizaram vídeos com o “Véio da Havan” e representantes de grandes empresas do agronegócio do estado, que estariam

realizando filantropia, enviando água e alimentos para o povo gaúcho.

Uma “influencer” pentecostal, fundamentalista e racista, chegou a afirmar que a culpa pela tragédia é o fato do Rio Grande do Sul ser o estado que concentra a maior quantidade de “terreiros de macumba”. Ou seja, para ela, o sofrimento de milhões não é apenas um “castigo de deus”, mas também uma vingança “de seu deus” contra aqueles cultuados por outros povos.

Outras “fakes” defendem os empresários, apresentando-os como heróis; pois, ao contrário do setor público, seriam eles que estariam organizando e financiando o socorro às vítimas. Outros, ainda, defendem “privatizar” as cidades, para “reconstruir” o estado.

TENTANDO TRANSFORMAR VILÕES EM VÍTIMAS

A narrativa da ultradireita tem objetivos. O primeiro é tentar esconder da população que eles foram, e ainda são, os inimigos do meio ambiente.

Para defender os interesses econômicos do agronegócio, passaram a boiada sobre a legislação ambiental do país e sempre defenderam justamente as medidas que levaram o estado à catástrofe: privatizações do setor público, o fim de qualquer medida de prevenção a desastres e o fim de leis e normas antiecológicas, dentre várias outras. Tudo isto para favore-



Molion, negacionista climático que disse no Congresso que chuvas no RS seriam “alarmismo”

cer seus heróis, os capitalistas destruidores da natureza.

É por isso que eles também defendem o “livre-comércio” e a “livre iniciativa privada”. Querem transformar os vilões em vítimas.

Essa turma também nega o aquecimento global. São os

principais divulgadores de estúpidas teorias conspiratórias, promovidas por falsos climatologistas, queridinhos do agro, que até ontem diziam, no Congresso, que as projeções de grandes chuvas no Sul seriam um “exagero” e exemplo de “alarmismo”.



Ricardo Gomes, vice-prefeito de Porto Alegre, é apresentador do Brasil Paralelo, canal que nega o aquecimento global.

O CASO DE NOVA ORLEANS

Planos de reconstrução não podem servir para salvar capitalistas

Como sempre, os capitalistas podem tentar tirar vantagens da situação e se aproveitarem da catástrofe para lucrar ainda mais, principalmente à custa dos mais vulneráveis e marginalizados. Foi isto, por exemplo, que aconteceu em Nova Orleans, depois da passagem do Furacão Katrina, em 2005. Aliás, em reuniões com o governador Eduardo Leite, a própria burguesia gaúcha já vem mencionando o “exemplo” de Nova Orleans para reconstrução do estado. Para a “recuperação” da cidade, a prefeitura também anunciou que contratou uma empresa Alvarez & Marsal que prestou a consulto-

ria para Nova Orleans depois do furacão Katrina e também para Minas Gerais depois do rompimento das barragens de Mariana e Brumadinho. Vejamos os resultados de dita consultoria no caso norte-americano.

Antes da catástrofe, Nova Orleans havia passado por uma “terapia de choque” neoliberal. Todo o sistema de diques para conter as inundações da cidade estava em estado precário, sem manutenção. Os serviços de alerta e de socorro diante de um possível desastre também estavam em frangalhos, sem dinheiro, por causa de cortes orçamentários.

Depois da tragédia, o então governo Bush entregou vários



Luciano Hang, O Vêio da Havan, construiu lojas em áreas de preservação ambiental.

contratos (para o socorro das vítimas) a empresas privadas, totalizando US\$ 3,5 bilhões (cerca de R\$ 18 bilhões). Bush também atendeu aos apelos dos capitalistas e suspendeu leis salariais para os trabalhadores da

construção civil, transformou a região afetada em “zona de livre empresa”; ou seja, isenta de impostos e com amplos incentivos fiscais.

Também aproveitaram para fazer uma “reforma do

ensino”, que significou a aceleração de planos de privatização da Educação. Em seguida, a destruição de bairros inteiros despertou a cobiça do lobby imobiliário, que aproveitou para expulsar a população pobre e negra de muitas regiões e construir condomínios de luxo sobre os escombros de seus bairros e casas.

Como resultado, a proporção de afro-americanos (majoritariamente pobre) em Nova Orleans caiu de 67% (2005) para 59% (2013). Muitos se mudaram para as periferias, expulsos pelo afluxo de uma população branca, jovem e endinheirada.

BASTA DE CAPITALISMO!

Sem enfrentar o sistema, não há como evitar novas tragédias



Que isso sirva de alerta para o povo do Rio Grande do Sul. Uma catástrofe com essas proporções, devastadora para todo estado, pode servir como oportunidade para que a burguesia lucre em cima da desgraça do povo, principalmente seus setores já mais explorados e oprimidos, através de Parcerias Público-Privadas (PPPs), da corrupção, da especulação imobiliária e das expropriações.

É certo que serão necessário investimentos que envolvem dezenas de bilhões de re-

ais. Não apenas para a reconstrução das casas, de estradas e pontes. Mas, também, para investimentos profundos na infraestrutura de prevenção a novos desastres, que vão acontecer com mais frequência, ao mesmo tempo que será preciso adotar grandes medidas de adaptação às mudanças do clima.

Não bastará reconstruir. Será necessário fazer adequações, levando em conta que novos eventos climáticos extremos voltarão a se manifestar. Como afirmam os técnicos,

será necessário mudar cidades inteiras de lugar, principalmente as que, hoje, se localizam em planícies de inundação, encostas ou estão dentro de vales.

Nada disso poderá ser feito se não houver uma mudança profunda na política econômica e na política fiscal de todos os governos. Nada disso poderá ser feito sem enfrentarmos os interesses dos capitalistas do nosso país.


LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/4DMEMXZ](https://bit.ly/4dmemxz)


A CULPA É DE TODOS OS GOVERNOS



Eduardo Leite


Governo do Rio Grande do Sul

 Em 2020, o governador aprovou, na Assembleia Legislativa, a Lei 15.434, suprimindo 500 artigos e incisos do Código Estadual de Meio Ambiente e afrouxando regras de proteção ambiental. Em 2021, o governo também permitiu o autolicenciamento de grandes empreendimentos.

 O governo do RS também destinou menos de 0,2% do orçamento total, aprovado para 2024, para o setor. Para a Defesa Civil, foram acrescentados míseros R\$ 50 mil reais.





Prefeitura de Porto Alegre

 Em 2023, a prefeitura investiu R\$ 0 real em prevenção a enchentes. Enquanto isso, o prefeito tentou pagar R\$ 1,7 milhão às lojas Havan, em “compensação ambiental”, por danos causados pela própria empresa.



Governo Federal

 O orçamento federal de 2023 para a Gestão de Riscos e Desastres foi o menor em 14 anos.

 O governo financia a expansão do agro e seu rastro de destruição. Destinou ao setor R\$ 364 bilhões, através do “Plano Safra”, que vai servir para financiar a destruição dos biomas.

REPORTAGEM

“Em Guaíba, o cenário é, literalmente, de guerra. Uma grande tristeza”



ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO

“No dia 3 de maio, durante o expediente, fomos avisados que começaram as inundações em Guaíba, cidade onde trabalho. Quando encerrei o expediente, já não podia voltar para casa, pois as duas grandes pontes que ligam Guaíba a Porto Alegre estavam ameaçadas de cair”. Foi assim que Nikaya Vidor, trabalhadora do Banrisul, iniciou a conversa com o Opinião Socialista.

Como a região já vem sofrendo com fortes chuvas e enchentes desde o ano passado, Nikaya avaliava que a situação era perigosa, mas não imaginava o impacto e a dimensão que estavam tomando. “Meu colega do trabalho me convidou para ficar no apartamento dele. Chegando lá, não tinha água nem luz em

tudo o bairro. Quando acordamos pela manhã, o desastre era visível”, lembrou.

“As ruas alagadas, milhares de pessoas em movimento, andando desesperadas, para um lado e outro, arrastando malas na água, cachorros latindo enlouquecidamente, mães chorando com filhos no colo. Tudo desesperador. Nunca tinha visto uma situação assim. Era, literalmente, um cenário de guerra. Uma tristeza. Jamais vou esquecer”, completou Nikaya.

CIDADE DESTRUÍDA, VIDAS PERDIDAS

As ruas do bairro Santo Rita, onde moravam cerca de 30 mil pessoas, foram tomadas pelas águas. “O condomínio do meu amigo começou a ser inundado. O cenário de caos se ampliava. Não tinham agentes da Defesa Civil no bairro. A população se

auto-organizava e cumpria as funções que o Estado deveria cumprir. Vale lembrar que, em 2024, o governador Eduardo Leite (PSDB) destinou apenas R\$ 50 mil para equipar a Defesa Civil”, pontua Nikaya.

Caminhões e tratores foram usados para retirar as pessoas do bairro Santa Rita e levá-las para um abrigo no centro da cidade, pois, lá, apenas uma parte tinha sido atingida pela enchente.

“Eu decidi sair do condomínio do meu amigo. Estava sem bateria no celular, não recebia e nem enviava informações. Fui junto com outras pessoas em um caminhão. Em alguns momentos, achava que não íamos conseguir sair do bairro, pois o volume da água aumentava, tinha uma correnteza muito forte. Cortando os bairros até chegar ao Centro, podíamos ver o tamanho da destruição”, disse a trabalhadora do Banrisul.

Além do cenário de guerra, Nikaya lembrou das histórias que ouviu em cima do caminhão. Da dor que era compartilhada, do olhar de desespero de quem busca um abrigo: “Um senhor, que ia ao meu lado, disse que morava na Cohab de Guaíba e que, por lá, se via corpos boiando e que mercados tinham sido saqueados. Ou seja, por lá, a barbárie era ainda maior”.

O caminhão que tirou Nikaya do bairro Santo Rita chegou ao centro de Guaíba. As



pessoas foram alojadas em um lugar seguro. Ela ficou quatro dias sem poder sair da cidade. Só conseguiu retornar a Porto Alegre, de bote, no dia 7 de maio. Não pode ficar na sua casa, pois não tinha água nem luz. Buscou abrigo na casa da mãe, onde se encontra hospedada até o momento.

“PERDEMOS TUDO O QUE TÍNHAMOS DENTRO DE CASA”

Fazendo o caminho inverso ao de Nikaya, o motorista de ônibus Afonso Martins saiu da cidade de Guaíba para trabalhar em Porto Alegre. Mas, com aumento no nível das águas e com a enchente na cidade de Guaíba, ele não conseguiu retornar para casa. A casa dele foi invadida pela água, a esposa e filhos foram para um abrigo, que foi alagado. Tiveram que ir para a

casa de um amigo. Somente cinco dias depois, Afonso conseguiu atravessar o Guaíba e reencontrar sua família.

“Ao voltar para casa, encontramos um cenário de destruição total. A água chegou até a metade da altura da parede. Perdemos todos os móveis. Todos os vizinhos perderam tudo. Colocamos tudo para fora, para ser levado pelos caminhões da Prefeitura. Foi embora a história de uma vida inteira”, disse Afonso em conversa com o Opinião Socialista.

Ele relatou as dificuldades que estão enfrentando para obter itens básicos de sobrevivência, como água. “Estamos com bastante dificuldade em conseguir água, gás, combustível. O odor de podridão ainda é grande na cidade. Está tudo um caos”, destacou Afonso.



Trabalhadores dos Correios fazem arrecadação de mantimentos e doações para quilombolas.

PARTICIPE!

Solidariedade de classe para reconstruir



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3UEGQUY](https://bit.ly/3UEGQUY)

Apesar de tudo isso, Afonso diz que a batalha será para reconstruir e acredita na solidariedade de classe trabalhadora para recuperar o que perdeu e seguir adiante.

“Vamos batalhar para reconstruir tudo. A solidariedade de classe é importante para que possamos lutar e seguir adiante. A CSP-Conlutas e o PSTU estão empenhados em

uma campanha nacional, que demonstra que a solidariedade entre nós, a classe trabalhadora, é fundamental. Vamos superar esse momento coletivamente e seguiremos na luta”, finalizou.

Você pode contribuir com campanha financeira de solidariedade organizada pela CSP-Conlutas, que conta com o apoio do PSTU e do jornal Opinião Socialista. Utilize um dos seguintes mecanismos:

AJUDE O RIO GRANDE DO SUL

• Via PIX pela chave: financeiro@cspconlutas.org.br.

• Depósito/transferência para:

Banco do Brasil

Agência: 3520-3 • Conta corrente: 26261-7 • CNPJ: 07.887.926/0013-23

SOLIDARIEDADE DE CLASSE

Cozinha solidária distribui alimentos e água aos atingidos pela catástrofe climática em Porto Alegre

ROBERTO AGUIAR,
DA REDAÇÃO

Ana Rita, trabalhadora da Saúde Municipal de Porto Alegre e militante do PSTU, juntamente com sua sobrinha, Melanie (Mel), criaram uma cozinha solidária para ajudar, com a distribuição de alimentação e água, pessoas desabrigadas, trabalhadores e voluntários envolvidos no resgate de pessoas e animais.

A campanha teve início no dia 4 de maio, nas redes sociais da “Confeitaria da Mel”, que tem milhares de seguidores, com um pedido de contribuição.

“No dia 6, as primeiras marmitas começaram a ser entregues. A estrutura de produção se deu em torno à confeitaria, localizada na Zona Sul de Porto Alegre, envolvendo familiares, funcionários, amigos, parentes e a militância do partido. A partir do dia 8, uma nova estrutura foi organizada em casa, envolvendo outros militantes do partido, simpaticizantes e meus vizinhos. A confeitaria passou a ser um local de recebimento das doa-

ções”, disse Ana Rita.

“Uma corrente de solidariedade foi sendo construída. Como falamos, é o trabalhador ajudando o trabalhador. O almoço e lanche são para as pessoas desabrigadas e para os trabalhadores e trabalhadoras envolvidos nas ações de resgate, os voluntários e o pessoal da limpeza, que estão trabalhando nos abrigos”, completou.

VILA ESPERANÇA

A entrega da comida e da água tem ocorrido principalmente na Vila Esperança, no bairro Belém Velho. Essa ação tem recebido apoio dos moradores do bairro, a exemplo da Jéssica, caixa operadora, atualmente desempregada, que tem contribuído com a distribuição.

“Nessa região moram muitos ambulantes, que trabalham na região central da cidade, e catadores de lixo reciclável, que estão sem poder trabalhar em razão das cheias. Sofremos constantemente com a falta de água e luz. O córrego que existe aqui tem transbordado, ala-

gando algumas ruas. Às vezes, chega a alagar algumas casas”, relatou Jéssica.

Ela explicou como a entrega das marmitas é feita à população: “Existe uma organização por grupos de WhatsApp. Quando as refeições chegam, os moradores são avisados e se direcionam para a minha casa. Na maioria das vezes, são as crianças que vêm buscar. Essa alimentação serve para amenizar a situação de precariedade em que população está vivendo”.

CAMPANHA DE SOLIDARIEDADE DA CSP-CONLUTAS

A campanha financeira nacional que está sendo realizada pela CSP-Conlutas, como o apoio do PSTU, tem contribuído para compra de alimentos para a cozinha solidária. “Tem sido uma campanha importante. Por isso, pedimos que as contribuições sigam sendo realizadas. O Brasil todo está envolvido”, destacou Ana Rita.

A Escola Mané Garrincha, que se tornou uma referência como espaço de abrigo, aco-



Cozinha solidária em Porto Alegre - RS

lhimento, recepção e doação, também tem contribuído com a cozinha solidária. Resplande de Sá, diretora da escola, com o apoio e envolvimento da comunidade, tem desenvolvido importantes ações solidárias auto-organizadas.

OUTRAS AÇÕES

Além da cozinha solidária e da atuação na Escola Mané Garrincha, a militância do PSTU está envolvida em outras ações solidárias, a exemplo da Fabiana Sanguiné, que é pré-candidata à prefeita de Porto Alegre. Auxiliar de Enfermagem, ela tem atuado nos

abrigos, com uma equipe de voluntários do hospital onde trabalha.

“Estamos fazendo o que podemos para ajudar. É uma tragédia muita grande. Temos que desenvolver ações de solidariedade entre nós, da classe trabalhadora, que somos a maioria dos atingidos. Estamos desenvolvendo essas ações, mas sem deixar de cobrar dos governos as ações necessárias, pois todos os governos, os empresários e o agrobilionários são os responsáveis por esta tragédia”, finalizou Fabiana.

NACIONAL

Campanhas solidárias estão sendo realizadas por todo o Brasil

Em Belém (PA), Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil está recolhendo contribuições nas obras



Moisés trabalhador dos Correios organizando distribuição alimentos

Além da campanha financeira realizada pela CSP-Conlutas, apoiada pelo PSTU, a militância do partido e da central sindical também têm realizado outras ações, como coletas de alimentos e água a serem enviados para o Rio Grande do Sul.

Em Belém, capital do Pará, na Região Norte do Brasil, o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil (filiação à CSP-Conlutas) está arrecadando alimentos e água nos canteiros de obras.

UM ABRAÇO DOS PEÕES DE OBRAS AOS SEUS IRMÃOS DE CLASSE

“Debatemos em nossa reunião da diretoria, discutindo como iríamos nos somar à campanha da CSP-Conlutas. Somos um sindicato que sempre contribui com as campanhas solidárias. Mas, desta vez, decidimos não apenas contribuir financeiramente. Decidimos levar essa discussão para os canteiros de obras, para debater a campanha de solidariedade e apresentar um debate político sobre o que está acontecendo no Rio Grande do Sul

e quem são os responsáveis por essa tragédia”, explica o operário Ailson Cunha, Coordenador-Geral do sindicato.

“Fizemos uma divisão da equipe de diretores e iniciamos a ida às obras. Colocamos um carro de som circulando pelas ruas de Belém. Também colocamos uma faixa na sede do sindicato. A ação mostrou-se correta, já que a categoria abraçou a campanha e está fazendo contribuições. Seguimos ainda em ação”, finalizou Ailson.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/3RBUW5V](https://bit.ly/3RBUW5V)

COBRAR DOS RESPONSÁVEIS PARA RECONSTRUIR O RS

Um programa para defender os trabalhadores, o povo e a natureza, e não os bilionários capitalistas



DA REDAÇÃO

Enquanto fechávamos esta edição, Lula acabava de anunciar uma série de medidas para atender os atingidos pela catástrofe. Apesar de seu discurso falar em um pretense “Plano Marshall” (em referência ao plano de reconstrução da Europa, após a 2ª Guerra Mundial), o que se tem, pelo menos até agora, são medidas extremamente insuficientes para reparar as perdas dos trabalhadores e pequenos empresários e, também, defender a natureza.

Ao contrário, são medidas que favorecem muito mais os mesmos bilionários capitalistas responsáveis pela catástrofe.

Em visita à cidade de São Leopoldo, Lula anunciou a concessão de R\$ 5,1 mil, em parcela única, às famílias afetadas pelas enchentes, algo que custaria cerca de R\$ 1,2 bilhão. Divulgou também a disponibilização de novas moradias para as famílias de baixa renda, nas faixas 1 e 2 do “Minha Casa, Minha Vida”, que chegam à renda familiar de até R\$ 4,4

mil. Para outras faixas de renda, determinou apenas a suspensão do pagamento das parcelas por até seis meses.

Enquanto isto, para as médias empresas, estuda-se uma ajuda de R\$ 4 bilhões. E para as grandes empresas, fala-se em R\$, 4,5 bilhões.

MEDIDAS DE LULA SÃO INSUFICIENTES

Enquanto a extrema direita bolsonarista espalha fake news, o prefeito bolsonarista Sebastião Melo (MDB) propõe, para os desabrigados, moradias provisórias, de lona, cercadas pelo Exército, além da contratação de uma empresa norte-americana, indicada por Moro, para realizar a reconstrução, nos moldes do que fizeram em Nova Orleans, nos Estados Unidos, depois do Furacão Katrina.

Já o governador Eduardo Leite (PSDB) chegou ao cúmulo de reclamar das doações feitas ao povo gaúcho, que, segundo ele, poderiam “prejudicar o comércio local”.

As medidas recém-anunciadas por Lula, porém, não são suficientes para reparar

as perdas da classe trabalhadora, dos pequenos empresários e reconstruir o estado de maneira a evitar que essa catástrofe se repita.

O motivo é que suas medidas, ao fim e ao cabo, beneficiam muito mais as grandes empresas, os bancos, as construtoras e, inclusive, as mega empresas do agronegócio, responsáveis pela devastação ambiental. Começando pelo fato de que não propõem o cancelamento da dívida do Rio Grande do Sul e mantêm o pagamento da dívida da União, o Arcabouço Fiscal e todo mecanismo da Lei de Responsabilidade Fiscal, que vai exigir, ali adiante, cortes de gastos ainda maiores.

O Rio Grande do Sul já estava endividado, numa verdadeira sangria, que cresceu 13% em 2023, e soma, hoje, R\$ 92,8 bilhões. É um mecanismo que ajuda a alimentar o sistema do pagamento da dívida pública da União que, só em 2023, desembolsou R\$ 1,89 trilhão, entre amortização e pagamento de juros a banqueiros.

A mera suspensão da dívida do estado com a União



Escola Mané Garrincha em Porto Alegre

apenas arrastaria a questão, já que, lá na frente, essa mesma dívida voltaria a ser cobrada e à custa do que já vem sendo feito: ajuste fiscal e um plano neoliberal. Coisas que ajudaram a produzir a maior catástrofe climática do país.

MUITO PARA POUCOS, POUCO PARA MUITOS

Se as medidas emergenciais recém-anunciadas pelo governo já expressam uma enorme desigualdade, como os R\$ 4,5 bilhões às grandes empresas, enquanto o

povo mais pobre vai receber o equivalente a R\$ 1,2 bilhão, num pix de R\$ 5 mil que não repõem sequer os eletrodomésticos e móveis levados pelas chuvas, o mesmo pode ser dito sobre medidas já divulgadas.

Já as grandes empresas e os agrobilionários pressionam por ainda mais isenções e utilizarão a tragédia que eles próprios ajudaram a criar para terem mais isenções e como justificativa para demitir, reduzir custos e lucrar ainda mais em cima da destruição de milhões de pessoas.

TRATA-SE DE JUSTIÇA

Reparação ou endividamento?

As medidas recém-anunciadas por Lula deixam de fora centenas de milhares de trabalhadores e trabalhadoras que perderam tudo devido à catástrofe.

Como fica um aposentado, um operário, uma professora, uma enfermeira ou um bancário, que, a duras penas, adquiriu um imóvel ou um automóvel, depois de 20 ou 30 anos de trabalho, e que viu tudo se perder em meio à enchente, cuja responsabilidade se abate sobre os capitalistas do agronegócio e também sobre os governos?

Com as medidas apresentadas até agora, os “de baixo” não só não terão de volta o que

perderam, como também sairão dessa crise endividados, devendo ao banco ou à MRV, a empreiteira que toca as obras do “Minha Casa, Minha Vida” no estado.

É preciso garantir ajuda imediata e emergencial, mas também é preciso garantir a reparação de todas as perdas dos trabalhadores e trabalhadoras que viram seus imóveis, seu carros, sua motos levados pelas águas; ou do pequeno empresário, que perdeu seu estabelecimento, seu estoque ou maquinário.

Não pode ser uma “ajuda”, como uma linha de crédito, para que esse trabalhador te-

nha que pagar mais 30 anos por uma casa que ele demorou 20 para comprar. É necessário devolver o bem perdido pelo trabalhador ou pelo pequeno empresário.

Não se trata de nenhum favor. Se trata de justiça. De uma justa reparação. Pois essa catástrofe tem responsáveis, tanto pela devastação ambiental, como pela falta de prevenção e verdadeiro desmonte e falta de manutenção das estruturas de proteção, como no caso de Porto Alegre.

A exigência de reparação, dos seus móveis, eletrodomésticos etc., da sua casa, se foi

destruída, do seu pequeno negócio, portanto, é um direito fundamental. E quem deve pagar por tudo isto são os que têm muito dinheiro e que são os

que lucraram com a devastação ambiental, preparando o desastre para a maioria. Os mesmos que, agora, querem lucrar de novo com a reconstrução.



Cenas da destruição em Porto Alegre



Medidas urgentes para socorrer a população atingida

É preciso garantir o socorro imediato à população atingida e que sofre com um flagelo que ainda não tem previsão para terminar. É preciso desde já:

- Garantir abrigo para todos os desabrigados, utilizando, inclusive, os imóveis vazios destinados à especulação (só em Porto Alegre são 110 mil), com a requisição de vagas nos hotéis, para além das escolas públicas que estão sendo utilizadas.
- Apoio às cozinhas solidárias que estão sendo organizadas pela própria população, numa solidariedade de classe, onde trabalhador ajuda trabalhador, dian-

te da ineficiência do Estado. Ao invés de reclamar das doações que “atrapalhariam” o lucro do comércio, o governo deveria garantir alimentação e abrigo dignos e adequados a todos os atingidos

- Formação de comitês de atingidos, por bairros ou regiões, para gerir as doações e garantir a segurança e auto-defesa dos atingidos. No que se refere à autodefesa, também é preciso incentivar a auto-organização das mulheres,

diante das lamentáveis denúncias de assédio e violência sexual nos abrigos.

- Nada de Garantia da Lei e da Ordem (GLO), como defendem o General Mourão e o prefeito bolsonarista, Sebastião Melo (MDB), ou a transferência dos desabrigados a locais afastados e “protegidos” pelo Exército, que, na prática, seriam verdadeiros campos de concentração para pobres e criariam ainda mais imóveis vazios para especulação, assim que as águas baixarem.



Reparar as perdas e garantir emprego e renda

Além dos desabrigados, inúmeros trabalhadores perderam tudo o que tinham e estão com sua renda, empregos e sobrevivência ameaçados. “Auxílios”, como o Saque Calamidade do FGTS, ou redução de salários, em troca de uma estabilidade por alguns meses, adiantamento do 13º salário ou restituição do Imposto de Renda são medidas que fazem o trabalhador pagar as perdas com o seu próprio bolso. É preciso garantir medidas emergenciais para a retomada da vida, incluindo, aí, a reparação de todas as perdas sofridas pela classe trabalhadora.

- Suspensão da cobrança das taxas de água, luz e dos impostos pagos pela população atingida.
- Anistiar as dívidas e empréstimos dos trabalhadores e aposentados (incluindo os consignados).
- Benefício de R\$10 mil, no mínimo, para todos os que tiveram suas casas

invasas pelas águas, a fim de repor eletrodomésticos e móveis perdidos.

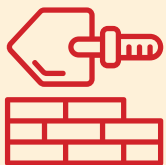
- Reparação integral a todos os trabalhadores e pequenos empresários que perderam suas moradias, automóveis ou qualquer outro bem.
- Crédito, sem juros e a fundo perdido, para o funcionamento e reconstrução do

pequenos comércios e negócios, inclusive para capital de giro, pagamento de funcionários, conserto ou a reposição de maquinários e estoques perdidos. Cancelamento de dívidas e pagamento de empréstimos.

- Proibição de demissões, não permitindo a suspensão de contratos ou descontos de salários sobre os atingidos.

As grandes empresas que demitirem devem ser expropriadas e colocadas sob o controle dos trabalhadores. Demitiu, expropriou!

- Congelamento de preços no valor anterior à cheia, sob pena de multa e, inclusive, expropriação de supermercados, farmácias e distribuidores



Reconstrução sob o controle de comissões dos atingidos e da classe trabalhadora

A prioridade dos governos deve ser o povo trabalhador e o investimento social, não as Parcerias Público-Privadas (PPPs), uma forma mascarada de privatização que coloca serviços públicos (como água, energia, Saúde e Educação) em benefício do lucro e acima da vida. Precisamos lutar pelas seguintes medidas:

- Formação de uma empresa estatal de obras públicas, para a reconstrução da infraestrutura de prevenção e das moradias em locais seguros e gerando milhares de empregos
- Obras como a contenção de encostas, drenagem, construção de barragens e o

desassoreamento do leito dos rios, estudos de áreas de risco, criação de reservas florestais nas margens dos rios, fim dos desmatamentos, dentre outras medidas que visem a prevenção.

- A orla do Guaíba e as margens dos rios devem ser áreas protegidas, de proprieda-

de pública, assim como as áreas de preservação ambiental e os parques de proteção às espécies em extinção. São necessárias áreas verdes para absorção das águas para o lençol freático e escoamento das águas. Além disso, é fundamental a implementação de reservatórios naturais da água, que atuam como barreiras eficazes contra

transbordamentos, protegendo as áreas urbanas de inundações.

- Controle dos trabalhadores sobre o plano de obras públicas. A reconstrução não pode estar ao encargo das construtoras privadas, que só beneficiarão quem puder pagar.



Para que a catástrofe não se repita

Agrobilionários, banqueiros e grandes empresários devem pagar pela crise que eles próprios criaram.

- É necessário cancelar a dívida do Rio Grande do Sul. É insuficiente suspender o pagamento por três anos, porque é pouco dinheiro e, ao manter a dívida e os mecanismos da LRF, o estado terá que voltar a pagar e se submeter ao eterno corte de gastos em investimentos, manutenção, serviços públicos e gastos sociais. É necessário suspender o pagamento da dívida federal aos banqueiros, que levou R\$ 1 trilhão de juros, só no ano passado. 10% desse valor permitiriam reparar as perdas dos atingidos e reconstruir o estado em novas bases, onde a natureza seja preservada e não devastada.

- Confiscar 50% das grandes fortunas dos bilionários capitalistas. Eles não vão ficar pobres por isso.
- É preciso cobrar um imposto fortemente progressivo sobre o grande capital que atua no RS: sobre o patrimônio e, também, sobre os lucros e dividendos.
- Reestatizar, sem indenização, empresas como a CEEE Equatorial, que deixa a população sem luz e desliga eletricidade e bombas, sem avisar a população. É preciso retomá-la, colocando-a sob o controle dos trabalhadores, revertendo e suspendendo ainda todas as PPPs.
- Expropriar, sem indenização, as grandes empresas do agronegócio.



CONTROLE OPERÁRIO

O povo e os trabalhadores devem tomar a reconstrução em suas mãos



DA REDAÇÃO

A exemplo das cozinhas solidárias e da organização interna nos abrigos, a população atingida e os trabalhadores devem se organizar para discutir suas necessidades e exigir os recursos para reconstruírem ou reformarem suas casas, assim como exigir obras que garantam que não se repita outra tragédia, por falta de prevenção.

Exemplo disso é o que vem ocorrendo em Santa Cruz, onde moradores de cerca de mil casas estão se reunindo num comitê para discutir, exigir e garantir a preservação ambiental e obras que impeçam outras enchentes. Da mesma forma, também



é preciso que os bairros de Porto Alegre se organizem.

É preciso exigir, também, a volta do Departamento de Es-

gotos Pluviais (DEP), a duplicação do quadro de funcionários do Departamento Municipal de Água e Esgoto (Demae),

colocando-os sob o controle dos trabalhadores destas empresas e da comunidade, para a prevenção e o funcionamento das casas de bombas e toda infraestrutura antienchentes, pois não será um prefeito que tem um negacionista como vice que vai garantir que no ano que vem não passaremos por outro pesadelo.

Isso vale também para a CEEE-Equatorial que, além de reestatizada, precisa estar sob controle dos trabalhadores e usuários, para que sejam garantidos a manutenção e os investimentos suficientes para que pare de faltar luz nos bairros.

Dessa forma, os comitês de atingidos nos bairros, as cozinhas solidárias e os voluntários dos abrigos, dentre outras

iniciativas, podem organizar um verdadeiro conselho popular, onde possam discutir suas demandas e, depois, avançar na construção de um conselho de representantes de todos os bairros.

AUTODEFESA

A organização e mobilização dos atingidos é necessária inclusive para garantir a segurança da população diante dos roubos, da pressão de bandidos (e até do “tráfico”) nos abrigos, ou o saque de casas. Essas ameaças não precisam do Exército ou de uma segurança privada; mas, sim, da organização de comitês que escolham pessoas de confiança da população para a formação de comitês de autodefesa.

O QUE PRECISAMOS?

Por uma verdadeira política ambiental e de prevenção



Os planos de reconstrução que vão se desenhando caminham no mesmo sentido que apontaram os programas do governo Lula para as moradias: obras para beneficiar as grandes construtoras e não o conjunto da população.

É preciso, ao contrário, construir uma empresa pública, contratando os desempregados, e controlada pelos atingidos e trabalhadores, com assessoria de quadros técnicos ligados à defesa do meio ambiente. Uma empresa pública e estatal, sob controle operário e popular, que realize obras de con-

tenção, como os diques em Porto Alegre, o Muro Mauá, as casas de bombas de drenagem.

Nada de privatização do Cais. Nada de empresas privadas em serviços públicos essenciais. Tudo isso deve ficar sob o controle dos trabalhadores.

Neste mesmo sentido, é preciso revogar, já, as 500 normas de flexibilização ambiental produzidas por Eduardo Leite e a Assembleia do Legislativa, assim como retomar as áreas de várzea, como as que o prefeito de Eldorado do Sul destruiu.

POLÍTICA NACIONAL DE PREVENÇÃO

É urgente, ainda, uma política nacional de prevenção a desastres climáticos, que serão cada vez mais frequentes e generalizados. Tivemos as enchentes no Nordeste e, mais recentemente, no Acre. É preciso construir um sistema estatal e público, que reúna cientistas e pesquisadores, a exemplo do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), que seja independente e controlado pelos trabalhadores.

MUDAR O SISTEMA

Socialismo ou barbárie

A tragédia escancara o caráter cada vez mais destrutivo de um capitalismo em crise, que ameaça a própria existência da humanidade. Lula, no discurso, se contrapõe aos negacionistas da crise climática, como o ultradireitista Sebastião Melo ou os negacionistas do então governo Bolsonaro, ao mesmo tempo, porém, em sua política de gerir o capitalismo, ele próprio defende a

exploração de petróleo na Margem Equatorial, o que só poderá promover ainda mais os combustíveis fósseis para beneficiar as grandes petroleiras e a indústria automobilística.

É preciso derrotar a política econômica de austeridade do governo, responsável pelo sucateamento dos sistemas de prevenção. Mas também é preciso enfrentar sua política de beneficiamento dos banquei-

ros e grandes empresários, inclusive os megainvestidores que, hoje, lucram com a Petrobras. É preciso reestatizar a empresa e empreender, de fato, uma política de descarbonização, através de pesquisa e investimentos.

Mas os capitalistas não abrirão mão de seus lucros, mesmo que destruam a Terra ou afundem o povo em enchentes. É preciso um outro sistema, com



LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/4BFNQV9](https://bit.ly/4BFNQV9)

os trabalhadores no poder, governando a grande maioria e não um punhado de bilionários.

É preciso um governo socialista dos trabalhadores, apoiado em Conselhos Populares.

PALESTINA

No aniversário da Nakba, o enfraquecimento dos inimigos da Palestina alimenta o sonho de libertação

FÁBIO BOSCO,
DE SÃO PAULO (SP)

Este 15 de maio marca o 76º aniversário da Nakba, a catástrofe palestina que se seguiu à formação do Estado racista de Israel, em 1948, e se estende até os dias de hoje. Foi naquele ano que cerca de 800 mil palestinos e palestinianas foram expulsos de seus lares e cerca de 500 cidades e aldeias foram destruídas.

Este mês, a Organização das Nações Unidas (ONU) anunciou que, somente nos últimos dias, 500 mil palestinos foram expulsos da cidade de Rafah e do norte de Gaza, empurrados pela genocida ação militar do exército israelense.

Os bombardeios seguem em toda a faixa de Gaza, onde mais de 70% das edificações foram destruídas, incluindo escolas e hospitais. O número de mortos palestinos em Gaza ultrapassa 35 mil; além de dez mil corpos que se encontram sob os escombros das casas e edifícios destruídos. Além desses, outros 1.500 palestinos e palestinianas foram assassinados na Cisjordânia, por Israel e seus colonos fascistas.

O genocídio em Gaza provocou a maior onda de solidariedade internacional com a Palestina que se tem notícia. Devido à resistência palesti-

na, liderada pelo Hamas, e à solidariedade internacional, os inimigos da causa palestina se enfraqueceram e estão apresentando divisões entre si, o que alimenta a esperança palestina por justiça e liberdade.

REPÚDIO AO GENOCÍDIO ALIMENTA CRISES NO GOVERNO SIONISTA

O primeiro-ministro genocida Benjamin Netanyahu é repudiado pela maioria da população judia israelense, que o vê como o principal responsável pela ação da resistência palestina, em 7 de outubro de 2023.

Nesse ataque, 1.154 israelenses e estrangeiros foram mortos, parte deles pelos cerca de 1.200 combatentes da resistência palestina, outra parcela pelas próprias forças israelenses. Além desses, cerca de 200 palestinos perderam suas vidas. 253 israelenses foram presos e levados para Gaza para forçar a libertação dos cerca de 10 mil presos políticos palestinos. Desses, cerca de 136 israelenses continuam presos em Gaza.

O repúdio a Netanyahu pôde ser visto no dia sionista da memória, 13 de maio, quando ministros de seu governo foram vaiados e xingados em diferentes cidades israelenses. Cresce o apoio entre os judeus israelenses para

as negociações com o Hamas para a libertação dos presos, o que implica em cessar-fogo. Temendo pela sua queda, Netanyahu se recusa a parar o genocídio, mesmo que isto leve à morte de todos os israelenses presos em Gaza.

A divisão entre os assassinos sionistas se expressou na oposição do Ministro da Defesa, o criminoso genocida Yoav Gallant, a manter a ocupação militar de Gaza após o fim do genocídio. Os ministros da extrema-direita nazi-sionista exigiram a demissão de Gallant, o que alimenta a crise interna.

MESMO EM CRISE, IMPERIALISMO MANTÉM SEU APOIO A ISRAEL

Essa crise se estende ao imperialismo estadunidense. A onda de mobilizações estudantis nas universidades encurralou o governo Biden, que teme perder as eleições, particularmente no estado de Michigan, onde se concentra uma importante comunidade de origem árabe.

Por isso, Biden aumentou a pressão sobre Netanyahu para um cessar-fogo temporário, que abra espaço para a formação de uma grande aliança, no Oriente Médio, entre Israel, a Arábia Saudita e outros países árabes, contra o Irã.

Apesar das críticas, Biden



Palestinos em fuga em 1948.

mantém o envio de armas para Israel e continua protegendo o Estado sionista nos organismos internacionais, como no Conselho de Segurança da ONU, na Corte Internacional de Justiça e no Tribunal Penal Internacional, que há muito já deveriam ter anunciado medidas contra o Estado de Israel e seus representantes, por crimes de genocídio.

Os regimes árabes também estão sendo questionados por sua população; seja pela omissão no apoio concreto aos palestinos, seja pela normalização de relações com o Estado genocida de Israel.

Por fim, a Autoridade Palestina (AP) está totalmente desprestigiada perante os palesti-

nos, que majoritariamente desejam a sua dissolução. Para além da cooperação em “serviços de segurança” com Israel, o responsável pelo Serviço de Inteligência da AP, Masjid Faraj, foi denunciado pelo jornalista David Hearst (da mídia pró-palestina “Middle East Eye”) por ter enviado informantes para Gaza, para coleta de informações no Hospital Al-Shifa e em Rafah, que seriam posteriormente enviadas para Israel.

Neste cenário, mais do que nunca, se necessário fortalecer as ações de solidariedade com o povo palestinos nas ruas, nas escolas e nos locais de trabalho em todo o mundo, rumo a uma Palestina livre, do rio ao mar.

HISTÓRIA

Setenta e seis anos de contínua Nakba, a catástrofe palestina

SORAYA MISLEH,
DE SÃO PAULO (SP)

O dia 15 de maio marca a Nakba, a catástrofe palestina, cuja pedra fundamental é a formação, nesta data, em 1948, do Estado racista e colonial de Israel. Em sua nova fase, Israel está executando um genocídio em Gaza, que já se estende por mais de sete meses, e tem avançado na limpeza étnica na Cisjor-

dânia e nos territórios palestinos ocupados militarmente, em 1967.

Em síntese, o sionismo está em busca de sua “solução final”, contando com a cumplicidade internacional histórica e com bilhões de dólares e armas fornecidos pelo imperialismo estadunidense, para manter seu enclave na região, com o apoio dos imperialismos europeus.

Nos 76 anos da Nakba, são milhares e milhares de vidas palestinianas perdidas. Somente no genocídio em Gaza, em seu sétimo mês, mais de 35 mil palestinos, a maioria mulheres e crianças, já foram martirizados pelas forças de ocupação israelenses.

Além disso, na Cisjordânia, já são cerca de 1.500 assassinados. O número de presos políticos nos odiosos

cárceres sionistas mais que dobrou. E neles, como desde sempre, as torturas são inomináveis, incluindo estupros de meninas e mulheres.

DÉCADAS DE APARTEID, LIMPEZA ÉTNICA E FRAGMENTAÇÃO

Na Nakba de 1948, em apenas seis meses, as gangues paramilitares sionistas, fortemente armadas pela

União Soviética, na época sob o domínio de Stalin, expulsaram violentamente 800 mil palestinos de suas terras e destruíram mais de 500 aldeias. Algo como 20 mil pessoas foram assassinadas em genocídios praticados em dezenas de vilarejos que serviram como “veículos de propaganda” para a limpeza étnica.

Na contínua Nakba, a sociedade palestina segue frag-

PALESTINA

Perda de território palestino (1946-2010)



Fonte: Fronteira - Revista de Iniciação Científica em Relações Internacionais, PUC Minas, Belo Horizonte, v. 11, n. 33, p. 110 - 123, 1º sem. 2018

mentada. Hoje, são 13 milhões de palestinos, metade em campos de refugiados ou em diásporas forçadas, impedidos do legítimo direito de retorno. A outra metade – em áreas ocupadas em 1948 ou em 1967 – enfrenta racismo institucionalizado, apartheid, contínua colonização, limpe-

za étnica e, agora, o genocídio em Gaza.

Resistir não é uma escolha para o povo palestino. É existir. E, mesmo assim, sob a constante ameaça de apagamento. A morte segue à espreita desde o nascimento. E Israel tem assassinado de diversas formas: de fome,

de sede, pelas balas e bombas genocidas ou por falta de tratamento médico.

INTENSIFICAR A SOLIDARIEDADE E EXIGIR QUE LULA ROMPA RELAÇÕES COM ISRAEL

Lamentavelmente essa lista (que já não parava de cres-



Manifestação pela Palestina realizada em 15 de maio, em São Paulo

cer) deu um salto nos últimos sete meses que derrubaram a máscara do regime sionista perante o mundo, apesar de toda a propaganda e da criação de “narrativas” mentirosas. E, agora, a crise interna se espalha para o coração do imperialismo, os Estados Unidos.

A pedra fundamental da Nakba – em 15 de maio de 1948 – está na raiz da questão. Por isso, não podemos parar de fazer ecoar as vozes palestinas, denunciando os crimes contra a humanidade ao qual palestinos e palestinas seguem submetidos há 76 anos.

E, para além disto, desde o Brasil, é preciso exigir de Lula a ruptura imediata de relações econômicas, militares e diplomáticas com o Estado genocida de Israel. Isso está na pauta deste 15 de maio, ao lado da exigência do imediato cessar-fogo já e do fim do genocídio em Gaza, rumo à Palestina livre, do rio ao mar!

Essa é uma tarefa para todos e todas nós. Abraçar a resistência palestina e cercar seu povo de solidariedade internacional efetiva e concreta é questão de vida ou morte.

ACAMPAMENTO NA USP

Brasil se integra à onda estudantil de solidariedade internacional



Acampamento promovido por estudantes na USP.

No dia 7 de maio, estudantes da Universidade de São Paulo (USP) iniciaram um acampamento em solidariedade à Palestina, no edifício dos departamentos de História e Geografia, exigindo a ruptura do convênio entre a USP e a Universidade de Hai-

fa, que seria discutido na reunião da congregação da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH), no dia 9 de maio.

Frente ao protesto, as autoridades universitárias adiaram a discussão do convênio para o dia 23 de maio. Além

da ruptura de convênio, o protesto cobrou o presidente Lula pela ruptura de relações econômicas e diplomáticas com o Estado genocida de Israel.

O acampamento foi noticiado pela mídia nacional e internacional e impulsionou o debate dentre estudantes de outras universidades sobre a necessidade de solidariedade com a Palestina. Em meio ao acampamento, participantes também expressaram sua solidariedade com as vítimas das enchentes no Rio Grande do Sul.

Agora, os estudantes discutem como ampliar a solidariedade com a Palestina e a pressão pela ruptura do convênio com os sionistas.

“Já fizemos um abaixo-assinado que conta com duas mil assinaturas na universidade, e a próxima ação vai ser a promo-

ção de um plebiscito em todas as unidades da universidade, somado a ações locais, como faremos na FFLCH onde defenderemos o fim dos convênios com a Universidade de Haifa, na próxima reunião da Comissão

de Técnicos Administrativos da instituição”, explica João Vitor, estudante de letras da USP e do coletivo Rebeldia.

LEIA NO SITE:
[HTTPS://BIT.LY/4BC1J7R](https://bit.ly/4BC1J7R)



Manifestação pela Palestina realizada em 15 de maio, em São Paulo